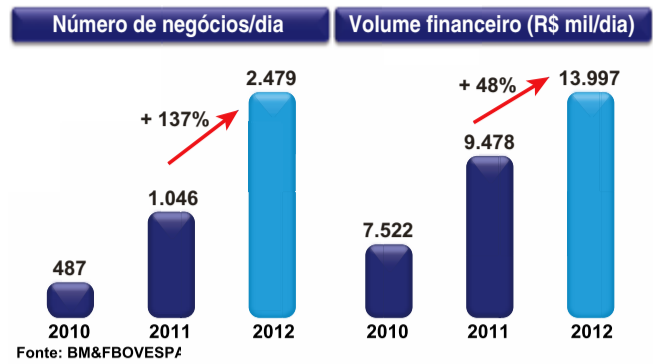
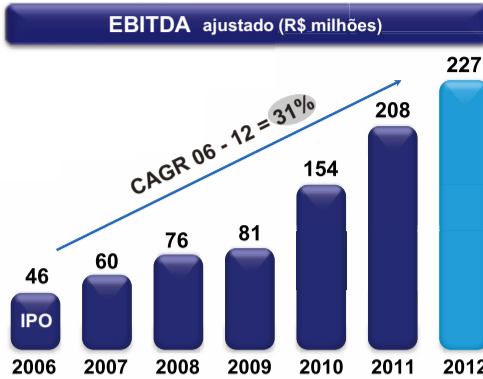
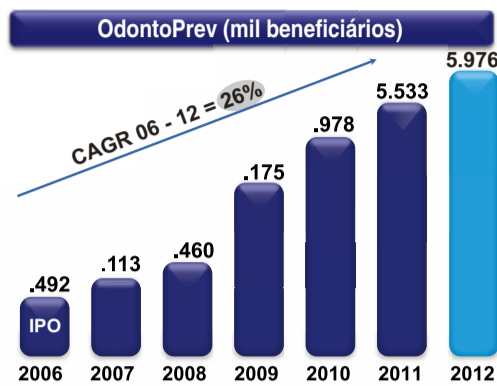


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

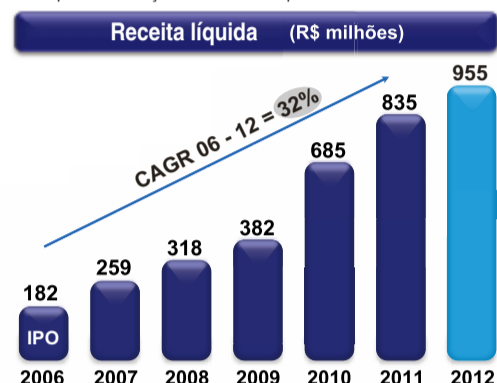
Senhores Acionistas,
A Administração da Odontoprev S.A. (OdontoPrev ou Companhia) submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.
Visão Geral da Companhia e Mercado de Atuação
A Odontoprev tem por objeto social a operação de planos privados de assistência odontológica. Com 25 anos de experiência no setor, a Odontoprev atende a cerca de 6 milhões de brasileiros, que contam com diferenciações soluções de saúde bucal. A plataforma tecnológica da Odontoprev é proprietária e de classe mundial. A Companhia dispõe de rede credenciada com cirurgiões-dentistas especialistas em todo o País.
De acordo com os últimos dados divulgados pela Agência Nacional de Saúde (ANS), o setor de planos odontológicos registrou, no período de 2006 a setembro de 2012, crescimento médio anual de 17,3%, atingindo 18,4 milhões de beneficiários, o equivalente a cerca de 9% da população brasileira, evidenciando relevante potencial de expansão futuro.
A Odontoprev lidera o setor de planos odontológicos brasileiro desde o final da década de 90, tendo registrado crescimento médio anual de beneficiários de 26% entre 2006 e 2012.

O custo de serviços representou 49,2% da ROL no exercício, acima dos 48,2% registrados em 2011, pelo aumento do repasse à rede credenciada da Companhia.
As despesas de comercialização, de 9,0% da ROL em 2011, foram de 9,3% da ROL em 2012, em função do mix de vendas do período. As despesas administrativas representaram 14,7% da ROL em 2012, em comparação a 15,6% em 2011, pela obtenção de sinergias e otimização de processos junto à Bradesco Dental, empresa incorporada em 2010.
A geração de caixa operacional, medida pelo critério EBITDA (LAJIDA), líquida das despesas não recorrentes do exercício, atingiu R\$227.143, um acréscimo de 9,0% em relação a 2011. Em relação à ROL, a margem EBITDA foi de 23,8% em 2012, abaixo dos 24,9% verificados em 2011.

O volume financeiro médio diário negociado pelas ações Odontoprev foi de R\$14 milhões em 2012, uma alta de 48% em relação a 2011 enquanto o número médio diário de negócios foi de 2.479, 137% acima do ano anterior.



Desempenho Operacional e Financeiro
O número de beneficiários Odontoprev atingiu 5.975.854 em 2012, um crescimento no ano de 442.501 novos clientes.
A receita operacional líquida (ROL) cresceu 14,4% no período, passando de R\$835.263 em 2011 para R\$955.483 em 2012, com ticket médio variando 4,9%, de R\$13,66 para R\$14,33 por beneficiário/mês, refletindo o reajuste de parte da inflação a contratos corporativos.



O lucro líquido foi de R\$145.763, em linha com o ano anterior.
A Odontoprev encerrou 2012 com caixa líquido de R\$217.930 e dívida zero. A Administração propõe dividendo adicional de R\$41.016, que eleva a remuneração total relativa ao exercício de 2012 a R\$159.526, 115% do lucro anual passível de distribuição.
Mercado de Capitais
Em 2012 a Odontoprev completou seis anos de sua oferta pública inicial (IPO) no Novo Mercado da BM&FBOvespa, tendo atingido, ao final do exercício, capitalização de R\$5,7 bilhões. Com presença em 100% dos pregões, sob o código ODPV3, as ações da Companhia em 2012 apresentaram valorização de 21%, versus uma variação de 7% do Ibovespa, tendo cotação mínima de R\$8,84 e máxima de R\$11,92.



ATIVO	Companhia		Consolidado		Passivo e Patrimônio Líquido Circulante	Nota	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011			31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011		
Circulante	271.345	251.615	303.969	284.726			169.056	140.889	182.031	151.634
Disponível	3.491	7.222	4.418	8.052			76.701	49.280	79.164	50.876
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.491	7.222	4.418		14	16.928	5.010	17.888	5.929
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	199.661	183.449	213.512	199.799			59.773	44.270	61.276	44.947
Aplicações financeiras	7	199.661	183.449	213.512			6.506	5.438	9.588	7.755
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	8	17.295	12.813	18.794	14.405		6.506	5.438	9.588	7.755
Contraprestações pecuniárias a receber	43.139	35.047	45.307	37.645			6.703	5.636	8.000	6.830
Provisão para perdas sobre créditos	(25.844)	(22.234)	(26.523)	(23.240)			48.454	41.283	53.178	45.530
Títulos e créditos a receber	50.396	47.876	64.859	61.431		15	47.318	40.044	51.667	43.937
Tributos correntes a recuperar	43.309	41.094	55.360	51.294			1.136	1.239	1.464	1.580
Adiantamentos a fornecedores	1.399	1.141	1.538	1.309			9.019	9.423	8.916	9.694
Adiantamentos a funcionários	1.472	1.432	2.453	2.142			4.391	4.345	4.418	4.365
Outros créditos a receber	4.216	4.209	5.508	6.686			4.628	5.078	4.498	5.329
Estoques	—	—	987	784			21.673	29.829	23.185	30.949
Outros valores e bens	502	255	509	255			11	2.129	11	2.129
Despesas antecipadas	502	255	509	255			3.022	3.976	3.043	3.993
Não circulante	711.317	727.543	695.632	708.552			18.640	23.724	20.131	24.827
Realizável a longo prazo	10	158.781	176.982	162.397			113.593	75.663	115.389	77.604
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.1	122.310	141.850	123.427	143.035		2.809	2.081	2.809	2.081
Outros ativos não circulantes	36.471	35.132	38.970	37.664			108.973	70.497	110.749	72.438
Depósitos judiciais	10.2	34.564	31.918	37.060	34.355		1.811	3.085	1.811	3.085
Outros créditos a receber	10.3	1.823	3.130	1.823	3.130		282.649	216.552	297.400	229.238
Títulos e créditos a receber	84	84	84	87	179		700.013	762.606	700.013	762.606
Investimentos	11	26.601	27.985	1.030	438		506.557	506.557	506.557	506.557
Participações societárias - rede odontológica	18.667	21.874	—	—	—		19.2	19.534	35.324	35.324
Outras participações societárias	7.934	6.111	1.030	438	—		48.392	48.392	48.392	48.392
Imobilizado	12	7.174	9.424	10.894	10.894		14.523	5.947	14.523	5.947
Bens móveis	14.749	13.515	19.270	17.794	—		(9.042)	(1.601)	(9.042)	(1.601)
Outras imobilizações	5.756	7.265	7.832	8.320	—		(34.339)	(17.414)	(34.339)	(17.414)
(-) Depreciações acumuladas	(13.331)	(11.356)	(17.513)	(15.220)	—		173.922	220.725	173.922	220.725
Intangível	13/13.4	518.761	513.152	522.616	516.251		96.330	117.568	96.330	117.568
Ágio na aquisição de investimentos	13.1/13.2	492.876	492.876	495.589	495.255		36.447	29.169	36.447	29.169
Desenvolvimento de sistemas e licença de uso de softwares e outros	13.3	17.597	11.061	18.739	12.051		129	129	129	129
Despesas de comercialização diferidas	8.288	9.215	8.288	9.215	—		—	(10.735)	—	(10.735)
TOTAL DO ATIVO	982.662	979.158	998.701	993.278			41.016	84.594	41.016	84.594

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Companhia		Consolidado		Nota	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011		
Circulante	169.056	140.889	182.031	151.634					
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	14	76.701	49.280	50.876			79.164	50.876	50.876
Provisão de eventos/sinistros a liquidar	16.928	5.010	17.888	5.929			17.888	5.929	5.929
Provisão de eventos/sinistros ocorridos mas não avisados	59.773	44.270	61.276	44.947			61.276	44.947	44.947
Obrigações trabalhistas	6.506	5.438	9.588	7.755			9.588	7.755	7.755
Salários, férias e honorários	6.506	5.438	9.588	7.755			9.588	7.755	7.755
Obrigações sociais	6.703	5.636	8.000	6.830			8.000	6.830	6.830
Tributos e contribuições a recolher	48.454	41.283	53.178	45.530			53.178	45.530	45.530
Obrigações fiscais federais	47.318	40.044	51.667	43.937			51.667	43.937	43.937
Obrigações fiscais estaduais	—	—	—	13			—	13	13
Obrigações fiscais municipais	1.136	1.239	1.464	1.580			1.464	1.580	1.580
Fornecedores	9.019	9.423	8.916	9.694			9.694	9.694	9.694
Comissões a pagar	4.391	4.345	4.418	4.365			4.418	4.365	4.365
Fornecedores de bens e serviços	4.628	5.078	4.498	5.329			5.329	5.329	5.329
Débitos diversos	21.673	29.829	23.185	30.949			23.185	30.949	30.949
Adiantamento obrigatório a pagar	11	2.129	11	2.129			11	2.129	2.129
Adiantamentos de clientes	3.022	3.976	3.043	3.993			3.993	3.993	3.993
Outras contas a pagar	17	18.640	23.724	20.131	24.827		20.131	24.827	24.827
Não circulante	113.593	75.663	115.389	77.604			115.389	77.604	77.604
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.809	2.081	2.809	2.081			2.809	2.081	2.081
Provisões para contingências	18.1	108.973	70.497	72.438			110.749	72.438	72.438
Outras exigibilidades	18.2	1.811	3.085	1.811	3.085		1.811	3.085	3.085
TOTAL DO PASSIVO	282.649	216.552	297.400	229.238			297.400	229.238	229.238
Patrimônio líquido, capital e reservas atribuídas aos acionistas da Companhia	700.013	762.606	700.013	762.606			700.013	762.606	762.606
Capital social	19.1	506.557	506.557	506.557			506.557	506.557	506.557
Reservas de capital	19.2	19.534	35.324	35.324			35.324	35.324	35.324
Ágio na emissão de ações	48.392	48.392	48.392	48.392			48.392	48.392	48.392
Opções outorgadas	14.523	5.947	14.523	5.947			14.523	5.947	5.947
Outorga de opções de ações diferidas	(9.042)	(1.601)	(9.042)	(1.601)			(9.042)	(1.601)	(1.601)
Capital adicional integralizado	(34.339)	(17.414)	(34.339)	(17.414)			(34.339)	(17.414)	(17.414)
Reservas de lucros	19.3	173.922	220.725	173.922	220.725		173.922	220.725	220.725
Reserva estatutária	96.330	117.568	96.330	117.568			96.330	117.568	117.568
Reserva legal	36.447	29.169	36.447	29.169			36.447	29.169	29.169
Reserva fiscal	129	129	129	129			129	129	129
Ações em tesouraria	—	(10.735)	—	(10.735)			—	(10.735)	(10.735)
Dividendo adicional proposto	41.016	84.594	41.016	84.59					

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (COMPANHIA E CONSOLIDADO) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional e informações gerais: A Odontoprev S.A. (Companhia ou OdontoPrev) iniciou suas operações em 28 de agosto de 1987 e tem por objeto social a atividade de operação de planos privados de assistência odontológica e, nesse sentido, a administração, comercialização ou disponibilização dos referidos planos destinados a pessoas jurídicas e/ou físicas, bem como a participação, como sócia, acionista ou colista em outras sociedades civis ou comerciais, em empreendimentos comerciais de qualquer natureza, no Brasil e/ou no exterior, e a administração de bens próprios e/ou de terceiros. A Companhia possui participação nas seguintes empresas controladas (diretas e indiretas) e coligadas:

	Participação no capital social (%)		
	31 de dezembro de 2012		
	31 de dezembro de 2011		
	Controladas	Coligadas	
	Direta	Indireta	Coligadas
Clicde - Clínica Dentária Especializada Curo Dar's Ltda. (Clicde)	99,9	-	-
Odontoprev Serviços Ltda. (Odontoprev Serviços)	99,9	-	-
Garcia Pedrosa Ltda. (Rede Dental)	99,9	-	-
Easy Software Ltda. (Easy)	-	51,0	-
Adcon Administradora de Convênios Odontológicos Ltda. (Adcon)	99,9	-	99,9
Dental Partner Comércio de Produtos e Equipamentos Odontológicos Ltda. (Dental Partner)	-	99,9	-
Odontored CV Sociedade Anônima de Capital Variável (Odontored)	-	-	40,0
GZD Serviços Tecnológicos S.A. (GZD)	-	-	16,7

Clicde: empresa constituída em 02 de julho de 1970, tem por objeto a prestação de serviços clínicos odontológicos. **Odontoprev Serviços:** empresa constituída em 28 de agosto de 1987, tem por objeto social a prestação de serviços de assessoria comercial e gestão de negócios para empresas em geral, bem como a participação em outras sociedades como sócia ou acionista. **Rede Dental:** empresa constituída em 31 de agosto de 1990 para operar planos privados de assistência odontológica e, nesse sentido, a administração, comercialização ou disponibilização dos referidos planos destinados a pessoas físicas e jurídicas. **Easy:** empresa constituída em 03 de novembro de 1993, sendo controlada pela Odontoprev Serviços em 51%, tem por objeto social o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, bem como participar de outras sociedades como sócia ou acionista. **Adcon:** empresa constituída em 14 de abril de 1997, tem por objeto social a administração e a comercialização de planos odontológicos como operadora de odontologia de grupo. **Dental Partner:** empresa constituída em 14 de novembro de 2008, sendo controlada pela Clicde em 99,9%, tem por objeto social o comércio atacadista e varejista de produtos e equipamentos odontológicos, saneantes, drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos. **Odontored:** empresa constituída em 13 de agosto de 2009, localizada na Cidade do México - México, que tem como objeto social o desenvolvimento de planos de assistência odontológica incluindo sua operação, administração e comercialização, bem como a prestação de serviços de assistência odontológica direta ou indiretamente através de terceiros. **GZD:** em 09 de agosto de 2012, por intermédio de sua controlada Odontoprev Serviços, a Companhia firmou acordo de investimento na GZD, empresa constituída em 31 de dezembro de 2011 que detém uma plataforma para o agendamento *online* de consultas com profissionais da área de odontologia em geral, sendo controlada Rede Dental e Adcon entram-se como operadoras no segmento odontológico de atendimento ao paciente. De acordo com a Resolução RDC 39 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), de 27 de outubro de 2000. **Grupo Papai:** Em 28 de agosto de 2012, por intermédio de sua controlada Clicde, a Companhia celebrou contrato de compra da rede de Clínicas Radiológicas Papai (Grupo Papai), em parceria com o Grupo Fluery. A aquisição foi concluída em 31 de janeiro de 2013, após a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Nos termos do Contrato, cumpridas as condições precedentes o Fluery adquirirá 51% do capital social do Grupo Papai, e a Clicde controlará a empresa que detêr os 49% restantes e arbrigará alguns dos vendedores e atuais executivos do Grupo Papai. Em 31 de dezembro de 2012 a parcela de adiantamentos para aquisição de investimentos registrada nas demonstrações financeiras consolidadas é de R\$265. **Aprovação das demonstrações financeiras:** A emissão das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2013. **2. Descrição das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Tais práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados. **2.1 Elaboração e apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidas pelo Conselho de Normas Contábeis do Brasil (CNC). **2.2 Metodologia de fluxo de caixa descontado:** A metodologia de fluxo de caixa descontado utilizada na avaliação de investimentos em ativos intangíveis é baseada no reconhecimento do valor justo por meio do resultado, sob as seguintes categorias: **(a) Ativos financeiros no valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados no valor justo por meio do resultado são ativos financeiros para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria correspondem a aplicações financeiras classificadas como ativos circulantes conforme composição destacada na nota 7. **(b) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e de suas controladas compreendem as contas a receber de clientes (créditos de operações com planos de assistência à saúde, conforme nota 8). Os créditos de operações com planos de assistência à saúde correspondem às contraprestações pecuniárias a receber pela venda de planos odontológicos coletivos ou individuais padronizados ou personalizados. São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de contraprestações líquidas (resultado) ou de faturamento antecipado (ativo circulante agrupada a contraprestações pecuniárias), conforme período de cobertura dos contratos vigentes na data do balanço, e pelos valores a receber referentes a ressarcimento de eventos. **2.6.2 Reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros são mensurados pelo valor justo, sendo que os custos de transação são os custos de aquisição. **2.6.3 Estimativa do valor justo:** A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo seguindo a hierarquia abaixo: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. • Nível 2: metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis de mercado. • Nível 3: informações para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado. A Companhia possui como política de gestão de risco financeiro a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando obter a maior liquidez para a realização das operações e a redução de riscos. **2.6.4 Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.6.5 Recuperabilidade (impairment) de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada exercício se há evidência de que a qualidade de crédito de um ativo ou grupo de ativos está deteriorada, e os prejuízos de *impairment* são incorridos como resultado de um evento de perda, o qual tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros. Os critérios que a Companhia e suas controladas adotam para determinar se há evidência objetiva de perda por *impairment* incluem: • dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; • quebra de contrato, com inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; • o grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; • declaração de falência ou reorganização do tomador de serviço; • desaparecimento de mercado ativo para o ativo financeiro; • dados indicando que há redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo numa carteira; (ii) mudanças econômicas ou locais que se correlacionam com as adversidades sobre os ativos da carteira; (iii) mudança de administração da entidade emissor de ativos financeiros, as quais chamamos de *perda por deterioração*. **2.7 Ativos não circulantes:** Os ativos não circulantes são aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. **2.7.1 Realizável a longo prazo:** Representado por imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 10.1), e outros ativos não circulantes (depósitos judiciais - nota 10.2 e outros créditos receber - nota 10.3), apresentados ao valor de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as provisões para perdas. Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, são ajustados a valor presente quando aplicável, tomando por base de origem da transação, quando relevantes. Na data-base dos balanços, não foram apurados ajustes em decorrência da aplicação dessa prática contábil. **(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos (ativo):** Os ativos fiscais diferidos cuja dedutibilidade decorre da aplicação das demonstrações financeiras em conformidade com o Estatuto Social da Companhia. O montante dos diferidos é determinado no cálculo do resultado tributável do imposto de renda e a contribuição social de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo for recuperado. Basicamente constituído sobre diferenças temporárias relativas à: ação por expectativa de rentabilidade futura proveniente de controladas incorporadas (tal benefício fiscal está registrado em conformidade com as normas contábeis vigentes CPC 32/IAS 12 e está embasado no futuro aproveitamento fiscal gerado no curso ordinário dos negócios da Odontoprev); provisão para perdas sobre créditos; contingências fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas; e provisões diversas, conforme destacado na nota 10.1. **(b) Depósitos judiciais:** Referem-se, basicamente, a depósitos de processos judiciais relativos à cobrança do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) sobre autônomos e a majoração de alíquota da COFINS, conforme mencionado na nota 10.2. **2.7.2 Investimentos:** Representados por investimentos em controladas e coligadas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base em seus respectivos balanços patrimoniais apurados em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, conforme nota 11. **2.7.3 Imobilizado:** Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida econômica estimada dos bens às taxas anuais mencionadas na nota 12. O imobilizado é composto, em sua maioria, por equipamentos de computação e móveis. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil deste ativo for maior que o valor recuperável. **2.7.4 Intangível:** (a) **Ágio na aquisição de investimentos:** Refere-se ao ágio (*goodwill*) fundamentado na geração de lucros futuros, pagos na aquisição de investimentos (participações em controladas) mencionados na nota 13.1. É representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida e da alocação de itens intangíveis. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*), conforme destacado na nota 13.2. É contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, as quais não são revertidas. **(b) Desenvolvimento de sistemas e licença de uso de *softwares* e outros:** Os gastos com desenvolvimento de sistemas e licença de uso de *software* são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e nos necessários para fazer com que os mesmos estejam prontos para serem utilizados. São amortizados pelo método linear, pelo prazo de 60 meses, conforme nota 13.3. Os gastos incorridos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa. Os custos relativos ao desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis. Valores de ágio atribuídos à marca, carteira de clientes e ágio de não competitividade são agrupados em "ativos intangíveis - OdontoServ". Tais itens são amortizados pelo método linear, pelos prazos indicados em seu plano de avaliação, conforme destacado na nota 13.3. **(c) Despesas de comercialização:** As despesas de comercialização são aquelas decorrentes da aquisição de clientes, incluindo custos de publicidade, promoção e distribuição de materiais promocionais e relacionados à origem ou à renovação de contratos, ou seja, os valores pagos em título de agenciamento, e que possam ser avaliados com confiabilidade. Os demais gastos são registrados como despesas de comercialização, conforme incorridos. Esse ativo é apropriado ao resultado pelo prazo de doze meses. **2.8 Recuperabilidade (impairment) de ativos não financeiros:** A Deliberação CVM 639/10, CPC 01 (RI)/IAS 36, determina que as companhias e suas controladas efetuem análise periódica sobre recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, com a finalidade de serem revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para o cálculo da depreciação e amortização. É efetuada a análise do valor de recuperação dos ativos, com a finalidade de: (i) verificar se há perda por redução ao valor de recuperação de ativos; (ii) medir a eventual perda por redução ao valor de recuperação de ativos existentes, com o objetivo de complementar ou reverter provisão para perdas, quando aplicável, por redução ao valor de recuperação de ativos. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados em unidades de negócio (empresas adquiridas ativas e/ou incorporadas). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados periodicamente para a verificação de *impairment* ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor contábil excedente do valor recuperável. **2.9 Contratos de planos de assistência odontológica:** Na adoção inicial do CPC 11/IFRS 4, a Companhia efetuou o processo de classificação de todos os contratos de planos de assistência odontológica com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes, considerando, adicionalmente, todos os cenários com substância comercial em que o evento segurado ocorre, comparado com cenários em que o evento segurado não ocorre. A Companhia emite contratos de assistência odontológica que transferem risco financeiro, risco de seguro e de flutuação dos custos odontológicos ou ambos. Em geral, a Companhia define como risco significativo de seguro a possibilidade de incorrer em sinistralidade superior às mensalidades pagas pelos beneficiários. Contratos de investimento são aqueles contratos que não transferem risco de seguro ou transferem risco de seguro insignificante (vide notas 5.1 e 5.2). A Companhia classificou os contratos relativos a planos coletivos pré-pagamento como "contratos de investimento" na aplicação inicial do CPC 11/IFRS 4. O pronunciamento técnico CPC 11/IFRS 4 não foi aprovado pela ANS, mas seguindo orientações da CVM, a Companhia o aplicou em suas demonstrações financeiras. **(a) Despesas de comercialização diferidas:** Vide comentários da nota 2.7.4, item c. **(b) Passivos de contratos de comercialização de planos odontológicos:** Os contratos que transferem risco significativo de seguro para a Companhia são avaliados seguindo uma metodologia ou modelo contábil aplicável para contratos desta natureza. Na adoção do IFRS, a Companhia utilizou as regras do CPC 11/IFRS 4 para avaliação destes contratos, aplicando as regras e os procedimentos mínimos prescritos em "DAC" ou "Deferral of Revenue". Os contratos de investimento e passivos de contratos de seguro (LAT, *Liability Adequacy Test*), (ii) o processo de classificação econômica e atuarial de contratos de seguro ou contratos de investimento; e (iii) a identificação de detestados embutidos. **(c) Teste de adequação dos passivos (LAT):** Em conformidade com o CPC 11/IFRS 4, a Companhia elaborou em 31 de dezembro de 2012 o teste de adequação dos passivos para todos os contratos de assistência odontológica vigentes na data de execução do teste. Este teste considera como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguro permitidos segundo o CPC 11/IFRS 4, deduzidos dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros. Para esse teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, e que também inclui as despesas incrementais e acessórias de liquidação de sinistros, utilizando-se as premissas da data de execução do teste, não identificando qualquer deficiência. Caso seja identificada qualquer deficiência, a Companhia registra a perda imediatamente como uma despesa no resultado do período, primeiramente reduzindo a DAC ou os custos de aquisição diferidos até o limite de zero (ou outros ativos intangíveis, como os originados de contratos de exclusividade e diretamente relacionados a contratos de seguro) e depois constituindo provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data do teste quando o valor da perda ultrapassar o saldo contábil desses ativos intangíveis. Qualquer perda por ativo intangível, como exemplo a DAC, que tenha sido baixado como resultado deste teste não é subsequentemente restabelecida pela Companhia em qualquer teste demonstrativo favorável para a Companhia em períodos futuros. **2.10 Provisões:** São obrigações de curto prazo que são exigíveis e exigidas mensalmente, de acordo com as determinações da ANS, RN 209/09, alterada pelas RNS 227/10, 243/10, 246/11 e 313/12 a "provisão para eventos ocorridos mas não avisados" (PEONA), estimada atuarialmente para fazer frente ao pagamento dos eventos/sinistros que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Companhia (vide nota 14, item c). Os eventos a liquidar com operações de assistência odontológica são classificados como "provisão de eventos/sinistros a liquidar" no grupo "provisões técnicas de operações de assistência odontológica" de acordo com a IN 46/11 revogada pela RN 290/12. Os custos dos serviços prestados são registrados com base nas notificações dos prestadores de serviços da rede credenciada quando da análise da ocorrência dos eventos cobertos pelos planos, em contrapartida às contas de resultado de "eventos indenizáveis líquidos". **2.11 Tributos e contribuições a recolher:** **(a) Obrigações fiscais federais:** (i) **Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL):** são calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 ao ano, e engloba a parcela correspondente aos incentivos fiscais. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% do lucro contábil ajustado, conforme legislação em vigor. (ii) **Demais obrigações fiscais federais:** composta pelas provisões para o Programa de Integração Social (PIS), e para a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) os quais são calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente. A provisão para PIS é constituída à alíquota de 0,65% e para a COFINS à alíquota de 3,0%, ambas sobre o faturamento deduzido de eventos indenizáveis pagos. **(b) Obrigações fiscais municipais:** Corresponde à provisão para o Imposto Sobre Serviços (ISS) calculado com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente. A provisão para ISS é constituída às alíquotas que variam de 2,0% a 3,0% sobre o faturamento deduzido de eventos indenizáveis pagos. **2.12 Fornecedores e outras contas a pagar:** Refere-se a obrigações a liquidar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 1 ano. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado com o uso da taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidos ao valor da fatura correspondente. **2.13 Demais passivos circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, das correspondentes variações monetárias e dos encargos incorridos. **2.14 Imposto de renda e contribuição social diferidos (passivo):** Os passivos fiscais diferidos cuja exigibilidade seja provável são reconhecidos com relação às diferenças temporárias tributáveis, ou seja, sobre as diferenças que resultam em valores a serem adicionados no cálculo do resultado tributável de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo ou passivo for recuperado ou liquidado. **2.15 Passivos contingentes e obrigações legais:** A Companhia e suas controladas avaliam suas contingências passivas de acordo com as determinações emanadas pelo pronunciamento contábil CPC 25/IAS 37, no qual os passivos contingentes são reconhecidos quando a Companhia tiver uma obrigação presente, ou seja, quando a probabilidade de ocorrência de um evento, com valor equivalente a 50% do valor estimado, os processos avaliou como "perdas possíveis", que possuem como objeto tratamentos realizados aos beneficiários dos planos odontológicos em que a Companhia é ou vai ser cotada, ou seja, também consideram relevância, é estabelecido o estimativo de perdas individuais e efetuando provisionamento, os processos administrativos em trâmite perante a ANS e outros órgãos de defesa do consumidor (ex. Procon), especialmente aqueles em que houve aplicação de sanção pecuniária. Os processos perante a ANS, a depender do seu resultado, podem gerar impacto nos indicadores de desempenho das operadoras de saúde, e os processos perante os órgãos de defesa ao consumidor podem acarretar danos à imagem da Companhia e suas controladas. **(a) Passivos contingentes:** São reconhecidos pela Administração, quando considerados prováveis, baseados na opinião dos assessores jurídicos internos e externos; na causa das ações; na similaridade com processos anteriores; na complexidade da causa e o posicionamento do

judiciário, sempre que for provável que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. **(b) Obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, bem como os montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa selic). **2.16 Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. A Companhia recompra ações de sua própria emissão para lastrear o programa de opção de compra de ações (nota 19.5), as quais são registradas como dedutibilidade das reservas de lucros. **2.17 Reconhecimento das receitas:** **(a) Contraprestações efetivas:** As receitas com contraprestações provenientes das operações de planos privados de assistência odontológica na modalidade de preço prestabelecido são obrigatoriamente apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário - *pro rata die* - do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura. As parcelas das contraprestações correspondentes aos dias do período de cobertura referentes ao mês subsequente estão contabilizadas na conta de faturamento antecipado, redutora do ativo circulante de acordo com determinações da RN 206/09, alterada pelas RNS 208/09 e 290/12. **(b) Vendas de bens e serviços:** As receitas com vendas de bens e serviços, provenientes das controladas, conforme destacado na nota 20 item (ii) são apropriadas ao resultado conforme regime de competência. **(c) Financeiras:** Consiste nas receitas geradas pelas aplicações financeiras, atualizações de créditos tributários e depósitos judiciais. **2.18 Reconhecimento dos custos dos serviços prestados:** Os custos dos serviços prestados pelos profissionais e pelas clínicas conveniadas são reconhecidos no resultado pelo regime de competência, quando do recebimento e análise das notificações da ocorrência dos eventos cobertos pelos planos, juntamente com a constituição da PEONA. Os custos com operação da rede própria de atendimento odontológico são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos. **2.19 Benefícios a empregados e administradores (remuneração variável):** As participações de empregados e administradores, mesmo na forma de instrumentos financeiros, são classificadas como resultado de participações, em despesas operacionais. A Companhia e suas controladas adotam os seguintes procedimentos: (i) classificam as despesas de participações de empregados como resultado de participações, em despesas operacionais, conforme determinações do CPC 33 (RI)/IAS 19, e (ii) efetuam o cálculo e contabilização, em despesas operacionais, de todos os custos estimados de opções de compra de ações outorgadas relativos aos contratos de pagamento baseados em ações existentes a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2007, inclusive, conforme determinações contidas no documento CPC 10 (RI)/IFRS 4. A contabilização dessas despesas operacionais é em contrapartida à conta do patrimônio líquido "opções outorgadas". A Companhia concede opções de compra de ações (*stock options*) que são exercidas em data futura e após um período de carência, cujo exercício é sujeito à permanência do beneficiário por um período determinado de tempo e prestando serviços para a Companhia (condição denominada como *vesting condition* pelo CPC 10 (RI)/IFRS 2. Na data de outorga da opção, a Companhia calcula o valor justo de cada opção segundo a metodologia financeira, amplamente conhecida "*black & scholes*", levando em consideração diversos fatores na data da outorga da opção, como volatilidade das ações, preço de exercício da ação, preço de mercado das ações, período de carência, taxa de desconto livre de risco, entre outros fatores. A despesa de remuneração em forma de ações é registrada segundo o período de competência e conforme o beneficiário presta serviços para a Companhia até a data em que o instrumento de capital poderá ser adquirido pelo beneficiário. **2.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Odontoprev é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no Estatuto Social da Companhia que prevê um dividendo mínimo obrigatório de 50%. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é mantido no patrimônio líquido, desde que não pago até o término do exercício social, na conta "dividendo adicional proventus", até a sua aprovação pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária (AGO). **2.21 Lucro por ação:** O lucro por ação da Companhia para os períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, em conformidade com o CPC 41/IAS 33, foi calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada do número de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo ações em tesouraria. O lucro por ação também foi calculado, mediante ao ajuste da quantidade ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. Na nota 27 apresentamos o cálculo do lucro por ação básico e diluído. **2.22 Normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia:** As normas existentes a seguir foram publicadas, e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia subsequentes ao iniciado em 01 de janeiro de 2013. A adoção antecipada dessas normas, citadas abaixo, está condicionada a aprovação pela CVM. • IFRS 9, "Instrumentos Financeiros", emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o CPC 38/IAS 39 "Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros. A norma é aplicável a partir de 01 de janeiro de 2015. • IFRS 10, "Demonstrações Financeiras Consolidadas", determina um único modelo de consolidação com base em controle, independentemente da natureza do investimento. A norma é aplicável a partir de 01 de janeiro de 2013. • IFRS 11, "Acordos de Participação", eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de "ativos com controle compartilhado", mantendo apenas "operações com controle compartilhado" e "entidades com controle compartilhado". A norma é aplicável a partir de 01 de janeiro de 2013. • IFRS 12, "Divulgações de Participações em Outras Entidades", expande os requerimentos de divulgação de investimentos em entidades que a Sociedade possui influência significativa. A norma é aplicável a partir de 01 de janeiro de 2013. • IFRS 13, "Mensuração de Valor Justo", o objetivo é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 01 de janeiro de 2013. **3. Conciliação da Lei das Sociedades por Ações e ANS:** Tendo em vista que exercemos uma atividade regulada no setor de planos odontológicos, somos obrigados a apresentar nossas demonstrações financeiras com base no Plano de Contas da ANS, que apresenta rubricas contábeis com denominações diferentes daquelas comumente empregadas por empresas de outros setores. Desta forma, para facilitar a leitura das demonstrações financeiras, apresentamos a seguir uma conciliação entre as denominações utilizadas pela Lei das Sociedades por Ações e aquelas adotadas pelo Plano de Contas da ANS:

	Companhia		Consolidado	
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2012		Exercício findo em 31 de dezembro de 2011	
LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA				
ANS				
Contraprestações líquidas	965.292	836.225	989.544	861.594
Venda de bens e serviços	502	12	5.678	6.907
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde	(31.613)	(26.996)	(32.765)	(28.218)
Impostos sobre vendas de bens e serviços	-	-	(6.747)	(5.020)
934.181	809.241	955.483	835.263	
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(470.266)	(404.608)	(485.528)	(416.464)
Eventos indenizáveis líquidos	(416.868)	(345.102)	(426.589)	(352.470)
Encargos sociais sobre serviços	(29.559)	(26.247)	(29.882)	(26.564)
Materiais odontológicos	(6.549)	(6.142)	(3.781)	(4.025)
Outras despesas operacionais	(1.787)	(13.096)	(9.503)	(19.384)
Varição da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	(15.503)	(14.021)	(15.503)	(14.021)
463.915	404.633	469.955	418.799	
(87.994)	(73.922)	(88.832)	(74.783)	
Despesas gerais e administrativas	(153.445)	(135.938)	(147.643)	(141.372)
Outras despesas	(31.332)	(22.213)	(32.824)	(22.618)
Outorga de opções de ações	(3.624)	(2.863)	(3.624)	(2.863)
Provisão para perdas sobre créditos	(22.744)	(18.784)	(22.566)	(19.454)
Participações no resultado	(4.964)	(566)	(6.634)	(301)
Resultado financeiro	12.151	15.780	13.233	17.808
Receitas financeiras	20.867	23.546	22.674	26.156
Despesas financeiras	(8.716)	(49.231)	(42.065)	(48.919)
Reversão dos juros sobre capital próprio	32.644	40.465	32.644	40.465
Resultado de equivalência patrimonial	5.975	4.787	(728)	(671)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO SOBRE O LUCRO	209.280	193.127	213.161	196.963
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(63.714)	(47.816)	(67.398)	(51.293)
Corrente	(43.446)	(33.645)	(47.062)	(37.342)
Diferido	(20.268)	(14.171)	(20.336)	(14.151)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	145.566	145.311	145.763	145.670
Atribuível a:				
Acionistas da Companhia	145.566	145.311	145.566	145.311
Controladores	-	-	27	359
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	145.566	145.311	145.763	145.670
LUCRO POR AÇÃO DOS ACIONISTAS DA COMPANHIA DURANTE O EXERCÍCIO:				
Lucro básico por ação	0,27453	0,27393	0,27453	0,27393
Lucro diluído por ação	0,27185	0,27087	0,27185	0,27087

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, imposto de renda e contribuição social diferidos, avaliação sobre a recuperação dos valores registrados no intangível, provisões técnicas e para contingências. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam essas estimativas e premissas periodicamente. **(a) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (impairment) de ativos financeiros:** conforme requerido pelo IFRS, a Companhia aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Companhia aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais esperados dos ativos financeiros, inclusive as contraprestações a receber de clientes. Atualmente, as perdas sobre créditos identificadas na avaliação da recuperabilidade das contas a receber representam cerca de 2,4% das receitas totais da Companhia e de suas controladas, sendo que aproximadamente 59,7% do total das perdas provêm dos contratos individuais pré-pagos. Caso a representatividade destes contratos fosse superior, a Companhia teria uma elevação no total de suas perdas registradas no resultado. **(b) Estimativas utilizadas para avaliação de créditos tributários:** Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no limite de que seja provável que resultados futuros tributáveis estejam disponíveis. Esta é uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e à determinação de horizonte de geração de resultados futuros tributáveis. Referem-se, basicamente, aos efeitos de IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias relativas à: ação por expectativa de rentabilidade futura proveniente de controladas incorporadas (tal benefício fiscal está registrado em conformidade com as normas contábeis vigentes CPC 32/IAS 12 e está embasado no futuro aproveitamento fiscal gerado no curso ordinário dos negócios da Odontoprev); provisão para perdas sobre créditos; contingências fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas; e provisões diversas, conforme destacado na nota 10.1. **(c) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (impairment) de ativos não financeiros:** Conforme requerido pelo IFRS, a Companhia aplica as regras de análise e avaliação de recuperabilidade para os ativos não financeiros. Na aplicação de *impairment* do ágio, a Companhia emprega a abordagem de renda através da metodologia do fluxo de caixa descontado. Na avaliação do valor em uso, a Administração acredita que o melhor método para determinar o valor em uso é a metodologia de fluxo de caixa descontado. A avaliação do valor em uso é realizada com base em informações disponíveis e disponíveis no momento da avaliação. **(d) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros:** A Companhia dispõe de contratos de planos de assistência odontológica na modalidade pré-pagos que são classificados por similaridade como contratos de seguro em decorrência da transferência significativa de risco de seguro para a Companhia. As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de seguros representam uma área em que a Companhia aplica estimativas contábeis críticas na preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o IFRS. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos de que a Companhia liquidará em última instância. A Companhia utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos especialistas da Companhia para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Como consequência, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações (vide política contábil divulgada na nota 5.2 sobre gestão de risco de seguro e análises de sensibilidade das principais premissas utilizadas na avaliação destes passivos). **(e) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte em processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em aberto na data de preparação das demonstrações financeiras. O processo de avaliação para a contabilização e constituição de provisões técnicas e contingências contábeis considera a assessoria jurídica

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (COMPANHIA E CONSOLIDADO) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

na ANS que, juntamente com os planos odontológicos cujo registro é feito pelas operadoras de planos médico-hospitalares que atuam em conjunto com a Companhia, representam uma ampla gama de opções. Constantemente são desenvolvidos novos planos odontológicos e, para estruturá-los, são levados em consideração os fatores descritos abaixo: **Modelo de risco:** implica em determinar quem arca com o custo do tratamento odontológico durante a vida do contrato, e classificam-se em pré-pagos ou pós-pagos. O custo do tratamento odontológico pode ser suportado pela Companhia, pelo cliente ou compartilhado por ambos, de diversas formas. Quando a OdontoPrev arca total ou parcialmente com esse custo, a taxa mensal *per capita* embute a previsão atuarial desses, bem como as demais despesas administrativas e comerciais (pré-pagos). Quando o cliente arca com o referido custo, a taxa mensal *per capita* cobrada inclui apenas as despesas administrativas e comerciais, sendo os honorários dos cirurgiões-dentistas repassados diretamente ao cliente (pós-pagos). O modelo de risco pré-pago tem sido a opção da grande maioria dos clientes, tendo em vista o claro benefício em diluir seu risco individual. Este tipo de modelo é mais previsível para o cliente, evitando oscilações não desejadas de custo ao longo do contrato, e é de mais fácil gestão. Na nota 20 - segmentos operacionais, destacamos a margem de contribuição e composição dos principais ativos dos produtos comercializados pela Companhia. **Modelo de atendimento:** define como o beneficiário receberá a assistência odontológica contratada: (i) se em rede credenciada; (ii) se no cirurgião-dentista de sua livre escolha; ou (iii) se em unidades próprias de atendimento. Na rede credenciada o beneficiário recebe os serviços odontológicos de que necessita, dentro da cobertura a que tem direito, sem qualquer desembolso adicional, além de contar com a plena atuação dos sistemas de controle de qualidade e seleção dos profissionais. No sistema de livre escolha de profissionais, o beneficiário é atendido pelo profissional de sua preferência. O beneficiário deve efetuar o pagamento diretamente a este e, posteriormente, solicitar o reembolso dos valores gastos, nos limites de seu contrato. Quando a opção se dá pelo atendimento em unidades próprias, duas modalidades são possíveis: o plano odontológico propriamente dito, denominado pela ANS de segmento odontológico próprio, ou a locação de consultórios odontológicos exclusivos dentro do cliente. No primeiro modelo, ocorre a definição de uma cobertura determinada e o pagamento pelo beneficiário de uma taxa mensal *per capita*. No segundo modelo, ocorre simplesmente o pagamento de um valor fixo por consultório, sem definição de cobertura, designação de beneficiários ou taxa *per capita*. **Modelo de adesão:** determina se o grupo de beneficiários será vinculado de forma integral (compulsório) ou parcial (livre adesão) ao plano, e como se dará o pagamento da taxa mensal *per capita*, ou seja, se será totalmente custeado pelo cliente (empregador, associação, etc.), totalmente custeado pelo beneficiário, ou rateado por ambos, em diversas proporções. **Coberturas:** é o conjunto de tratamentos odontológicos cujo custeio está total ou parcialmente coberto pelo plano odontológico contratado. A regulamentação vigente determina uma cobertura odontológica mínima, definida pela ANS. A cobertura mais comercializada por nós é a do plano integral, que é superior à do plano odontológico mínimo, mas que não inclui as especialidades prótese, ortodontia e implantes. **Fatores moderadores de utilização:** regras de uso e acesso aos serviços odontológicos cobertos, os quais contribuem na definição do custeio desses serviços e evitam o uso predatório e abusivo do sistema. Os principais tipos empregados são: (i) co-participação, que consiste no pagamento pelo próprio beneficiário de uma parte do valor dos tratamentos efetivamente recebidos; (ii) carências, que consistem em períodos nos quais o beneficiário não poderá utilizar-se dos serviços cobertos por seu plano; e (iii) franquias, que consistem em patamares de valor por evento de tratamento odontológico de responsabilidade exclusiva dos beneficiários até o limite da franquia, a partir dos quais se inicia a cobertura efetiva do plano. Os fatores moderadores estão presentes em diversas estruturas de planos odontológicos, sobretudo nos planos por adesão e para clientes individuais. **Honorários:** são consideradas remunerações diferenciadas para os profissionais da nossa rede credenciada, bem como diversos patamares de reembolso de livre escolha. Adicionalmente ao risco de seguros, o **risco de flutuação dos custos odontológicos** também tem impacto direto nos contratos de planos odontológicos. Tais custos podem ser acrescidos em decorrência do volume de utilização, legislação e maiores valores de materiais odontológicos. Para controle destes a Companhia possui um sistema próprio que permite a avaliação individual de todos os tratamentos realizados, através de imagens e de análise do prontuário eletrônico do associado, monitorando assim os custos odontológicos por cliente. Os contratos, de forma geral, possuem prazo médio de 24 meses, originalmente com cláusula de rescisão com aviso prévio de 90 dias e multa contratual para rescisões solicitadas fora de prazo. Em sua maioria também possuem cláusulas de reajuste anual do valor das taxas praticadas através do índice de sinistralidade, que consiste na divisão do valor dos custos incorridos nos últimos doze meses pelas contraprestações pecuniárias líquidas (ou seja, custo de serviços dividido pela receita de vendas) e reajuste pela inflação conforme índice negociado com cada cliente. A Companhia efetua acompanhamento constante de seus contratos visando minimizar os riscos, bem como a manutenção do equilíbrio financeiro destes. Todos os procedimentos mencionados acima procuram minimizar eventuais perdas ou redução de margem de contribuição. Atualmente, é admitido que um índice de sinistralidade de até 60% permita uma margem capaz de suportar as despesas administrativas da Companhia. No período findo em 31 de dezembro de 2012, conforme dados constantes das notas 3 e 20, o índice de sinistralidade consolidado foi de 50,8% e a margem de contribuição (resultado bruto deduzido das despesas de comercialização dividido pela receita de vendas) de 39,9%. Se o índice fosse de 60%, a margem de contribuição passaria para 30,7%, uma redução de 9,2 p.p., equivalente a R\$87.762. E, no caso de redução do índice de sinistralidade para 40%, a margem de contribuição passaria para 50,7%, um acréscimo de 10,8 p.p., equivalente a R\$103.335. **5.3 Risco operacional - mercado de atuação (concorrência):** A Companhia opera em um mercado competitivo, concorrendo com outras empresas que oferecem planos odontológicos com benefícios similares, incluindo empresas do setor de assistência à saúde, principalmente as operadoras de seguro saúde, de planos médicos hospitalares, cooperativas odontológicas, entidades filantrópicas e operadoras exclusivamente odontológicas. A OdontoPrev possui uma estratégia de comercialização diversificada, a qual possibilita comercializar seus produtos a uma faixa maior de grupos em potencial e de maneira mais eficiente, bem como os nossos diversos canais de distribuição nos proporcionam flexibilidade para satisfazer as necessidades de todo o espectro de clientes. Comercializa planos odontológicos a empresas, associações e indivíduos por meio de: • equipe interna de vendas, que atua em âmbito nacional; • rede de corretores independentes; • alianças comerciais com planos médico-hospitalares; • canais de distribuição do Banco Bradesco e da Bradesco Seguros. Atualmente os fatores que impulsionam o crescimento do setor de planos odontológicos são: (i) desequilíbrio estrutural entre oferta e demanda de serviços; (ii) falta de alternativa do sistema público; (iii) crescente penetração dos planos odontológicos nos pacotes de benefícios das empresas; (iv) oportunidades representadas pelo crescente interesse de novos canais de distribuição; (v) regulamentação. **5.4 Risco de capital:** A Companhia executa suas atividades de gestão de risco de capital por meio de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos do capital mínimo regulatório para o segmento, segundo critérios de exigibilidade de capital determinados pela ANS. A estratégia e o modelo utilizados pela Administração consideram ambos "capital regulatório" e "capital econômico" de acordo com a visão de gestão de risco de capital adotada pela Companhia. A estratégia de gestão de risco de capital é maximizar o valor do capital da Companhia mediante a otimização do nível e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Companhia. Os principais objetivos da Companhia em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios mínimos determinados pela ANS e (ii) otimizar retorno sobre capital para os acionistas. Durante o período de reporte, e em períodos anteriores, a Companhia manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios. Na nota 14 - Recursos próprios mínimos e provisões técnicas são descritas as regras para constituição de provisões técnicas, critérios de manutenção de patrimônio líquido mínimo e margem de solvência, conforme definições aplicáveis às operadoras de planos odontológicos.

6. Caixa e equivalentes de caixa:

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Numerário e depósitos a vista em instituições financeiras	39	46	126	117
Depósitos a curto prazo	3.452	7.176	4.292	7.935
	3.491	7.222	4.418	8.052

7. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras): As aplicações financeiras, classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado, em sua maioria, possuem liquidez imediata e estão assim compostas:

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Certificados de depósitos bancários - CDBs	15.580	14.580	16.255	15.257
Fundos de investimentos	4.153	3.892	7.922	7.433
Títulos públicos federais	179.928	164.977	189.535	177.109
	199.661	183.449	213.512	199.799

CDBs: referem-se a títulos pós-fixados, indexados à taxa diária de juros dos certificados de depósitos interbancários os quais apresentam, em sua maioria, liquidez diária. Na nota 5.1.1 (a) destacamos as instituições financeiras nas quais a Companhia e suas controladas mantêm aplicações em CDB. **Fundos de investimentos:** os valores das cotas de fundos de investimentos são apurados com base nos valores das cotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. **Títulos públicos federais:** referem-se a fundo exclusivo, o qual é administrado pelo Banco Bradesco e tem a gestão da carteira exercida pelo Bradesco *Asset Management*, em condições de mercado. Uma parcela do saldo das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$65.249 (R\$60.394 em 31 de dezembro de 2011) pela Companhia e R\$68.730 (R\$63.657 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado está vinculada à ANS para garantia das provisões técnicas, de acordo com a RN 206/09, alterada pelas RNs 208/09 e 290/12. Composição da carteira de investimentos quanto aos prazos de vencimentos originais:

	Companhia				
	Sem vencimento	01 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Certificados de depósito bancário - CDBs	-	4.712	48	10.820	15.580
Fundos de investimentos	4.153	-	-	-	4.153
Títulos públicos federais	-	-	13.620	166.308	179.928
Saldo em 31 de dezembro de 2012	4.153	4.712	13.668	177.128	199.661
Saldo em 31 de dezembro de 2011	3.892	3.029	7.430	169.098	183.449

Certificados de depósito bancário - CDBs Fundos de investimentos Títulos públicos federais **Saldo em 31 de dezembro de 2012** **Saldo em 31 de dezembro de 2011**

As aplicações em CDB são classificadas no ativo circulante, independente de seus prazos de vencimento, tendo em vista a garantia de liquidez diária integral oferecida pela contraparte ou por possuir carência de até 12 meses e também por estarem classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio de resultado.

8. Créditos de operações com planos de assistência à saúde (empréstimos e recebíveis - clientes): Correspondem aos valores a receber de pessoas físicas e jurídicas, como segue:

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Faturas a receber	119.815	105.595	125.345	111.212
Notas de débito	1.483	600	1.483	600
Provisão para perdas sobre créditos	(25.844)	(22.234)	(26.523)	(23.240)
Subtotal	(78.159)	(71.148)	(81.521)	(74.167)
Faturamento antecipado	17.295	12.813	18.784	14.405

Faturamento antecipado: refere-se aos faturamentos emitidos, cujo período de competência ocorre em meses subsequentes ao da emissão.

As composições de créditos de operações com planos de assistência à saúde por idade de vencimento em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, da Companhia e do Consolidado, estão demonstradas a seguir:

	Companhia				
	A vencer Até 30 dias	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	Vencidas Acima de 90 dias	Total
Faturas e notas de débito a receber	78.416	16.125	10.614	16.143	121.298
Provisão para perdas sobre créditos	(5.102)	(1.049)	(3.550)	(16.143)	(25.844)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	73.314	15.076	7.064	0	95.454
Saldo em 31 de dezembro de 2011	69.120	9.053	5.788	0	83.961

As participações em controladas são classificadas como segue:

	Capital Social	Quantidade de cotas/ações possuídas	Participação (%)	Lucro (prejuízo) do período	Patrimônio líquido	Equivalência patrimonial	Saldo de investimentos
					31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012
Controladas							
Clictec	8.290	8.290	99,9	666	11.244	666	11.244
Rede Dental	1.162	1.162	99,9	4.356	7.054	4.356	7.054
Adcon	43	43	99,9	(235)	370	(230)	369
Participações em controladas - rede odontológica	2.278	2.278	99,9	1.891	7.466	4.792	18.667
Participações em controladas - outras							
Participações em controladas							
Em 31 de dezembro de 2012, a equivalência patrimonial totalizou R\$5.975 (R\$4.787 em 31 de dezembro de 2011), sendo que a despesa de R\$707 (R\$871 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a participação na coligada Odontored CV e G2D.							

12. Imobilizado:

	Equipos. de computação	Veículos	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipos. de comunicação	Equipos. odontológicos	Total de bens móveis	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Outros	Total de outras imobilizações	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2011	2.334	368	160	343	1.810	199	67	5.281	1.474	2.669	4.143	9.424
Aquisições	690	242	-	269	32	3	1	1.237	77	1.072	1.149	2.386
Transferência para intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.658)	(2.658)	(2.658)
Depreciações	(917)	(182)	(34)	(92)	(277)	(46)	(12)	(1.560)	(418)	-	(418)	(1.978)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.107	428	126	520	1.565	156	56	4.958	1.133	1.083	2.216	7.174
Custo de aquisição	7.345	1.362	539	1.034	3.250	763	456	14.749	4.673	1.083	5.756	20.505
Depreciações acumuladas	(5.238)	(934)	(413)	(514)	(1.685)	(607)	(400)	(9.791)	(3.540)	-	(3.540)	(13.331)
Valor residual em 31 de dezembro de 2012	2.107	428	126	520	1.565	156	56	4.958	1.133	1.083	2.216	7.174
Taxa anual de depreciação (%)	20	20	10	10	10	10	10	10	20	20	20	-

	Equipos. de computação	Veículos	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipos. de comunicação	Equipos. odontológicos	Total de bens móveis	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Outros	Total de outras imobilizações	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2011	2.447	369	291	399	2.195	205	585	6.491	1.735	2.668	4.403	10.894
Aquisições e (Baixas)	703	242	-	300	85	(1)	150	1.479	184	1.990	2.174	3.653
Transferência para intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.662)	(2.662)	(2.662)
Depreciações	(933)	(182)	(51)	(107)	(348)	(45)	(126)	(1.792)	(504)	-	(504)	(2.296)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.217	429	240	592	1.932	159	609	6.178	1.415	1.996	3.411	9.589
Custo de aquisição	7.912	1.395	1.945	1.212	4.016	771	2.019	19.270	5.836	1.996	7.832	27.102
Depreciações acumuladas	(5.695)	(966)	(1.705)	(620)	(2.084)	(612)	(1.410)	(13.092)	(4.421)	-	(4.421)	(17.513)
Valor residual em 31 de dezembro de 2012	2.217	429	240	592	1.932	159	609	6.178	1.415	1.996	3.411	9.589
Taxa anual de depreciação (%)	20	20	10	10	10	10	10	10	20	20	20	-

13. Intangível: 13.1 Ágio na aquisição de investimentos: Refere-se ao ágio fundamentado na geração de lucros futuros, pagos na aquisição de investimentos. Até 31 de dezembro de 2008, esses valores eram amortizados linearmente pelo prazo de 5 anos. A partir dessa data, deixaram de ser amortizados, passando a ser avaliados anualmente por testes de recuperabilidade (*impairment*). **13.2 Teste do ágio para verificação de impairment:** O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida e da alocação de itens intangíveis. É alocado às unidades de negócio (UN) para fins de teste de *impairment*, as quais se beneficiam da combinação de negócios que originou o ágio, conforme destacado no quadro a seguir:

	Data	Valor total	Valor patrimonial	Data da incorporação	Ágio	Amortização ¹	Ágio líquido	Ágio líquido
Bradesco Dental	18 de outubro de 2009	723.392	313.752	01 de julho de 2010	409.640	-	409.640	409.640
OdontoServ	27 de fevereiro de 2009	30.841	10.025	01 de dezembro de 2009	20.816	-	20.816	20.816
Prontodente	22 de dezembro de 2008	5.445	(235)	01 de dezembro de 2009	5.680	-	5.680	5.680
Sepao	24 de outubro de 2008	9.203	82	01 de dezembro de 2009	9.121	(303)	8.818	8.818
SRJSPE	26 de junho de 2008	13.720	(130)	01 de dezembro de 2008	13.850	(1.616)	12.234	12.234
Care Plus	19 de junho de 2008	13.113	(230)	01 de dezembro de 2008	13.343	(1.563)	11.780	11.780
Biodent	19 de junho de 2008	2.837	98	01 de dezembro de 2008	2.739	(319)	2.420	2.420
Rede Dental	08 de outubro de 2007	7.584	(119)	não incorporada	7.465	(1.544)	6.159	6.159
DentalCorp	09 de fevereiro de 2007	25.244	386	03 de março de 2008	24.858	(9.529)	15.329	15.329
<								

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (COMPANHIA E CONSOLIDADO) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo em 31 de dezembro de 2012 da Companhia corresponde a R\$16.928 (R\$5.010 em 31 de dezembro de 2011). No consolidado, o saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$17.888 (R\$5.929 em 31 de dezembro de 2011). Conforme CPC 11/IFRS 4 parágrafo 37 destacamos a seguir a movimentação das provisões relativas a eventos (passivos de seguros):

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Saldo em 31 de dezembro de 2011	49.280	50.876	49.280	50.876
Eventos avisados/incorridos no período	416.868	426.859	416.868	426.859
Eventos pagos	(404.950)	(414.074)	(404.950)	(414.074)
Constituição da provisão de eventos/sinistros ocorridos mas não avisados (PEONA)	15.503	15.503	15.503	15.503
Saldo em 31 de dezembro de 2012	76.701	79.164	76.701	79.164
Provisão de eventos/sinistros a liquidar	16.928	17.588	16.928	17.588
Provisão de eventos/sinistros ocorridos mas não avisados (PEONA)	59.773	61.276	59.773	61.276
Saldo em 31 de dezembro de 2012	76.701	79.164	76.701	79.164

15. Obrigações fiscais (tributos e contribuições a recolher):

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Obrigações fiscais federais	47.318	40.044	51.667	43.937
IRPJ	31.721	24.550	34.202	26.862
CSLL	11.725	9.089	12.647	9.959
COFINS	1.103	1.232	1.611	1.572
PIS	578	964	692	1.038
IRPF	1.857	3.854	2.138	4.142
Outras	334	325	377	364
Obrigações fiscais estaduais	—	—	47	13
Obrigações fiscais municipais	1.136	1.239	1.464	1.580
48.454	41.283	53.178	45.530	

16. Fornecedores:

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Comissões a pagar	4.391	4.345	4.418	4.365
Fornecedores de bens e serviços	4.628	5.078	4.498	5.329
9.019	9.423	8.916	9.894	

Comissões a pagar correspondem aos compromissos relacionados a prestadores de serviço de intermediação de planos, em sua maioria liquidados mensalmente. Fornecedores de bens e serviços correspondem aos serviços diversos prestados relacionados a manutenção e funcionamento das atividades complementares da Companhia.

17. Outras contas a pagar: Inclui, principalmente, provisões diversas constituídas de acordo com gastos incorridos.

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Provisões diversas	2.947	12.600	6.873	12.600
Comissões	5.414	2.501	2.414	2.501
Suporte TI e atendimento	344	276	344	276
Telecomunicações	505	530	505	530
Serviços	1.216	1.307	1.397	1.307
Associações de classe	151	411	151	411
Locação	171	126	250	126
Materiais operacionais	—	248	—	248
Viagens	300	313	320	313
Eventos indenizáveis e encargos	831	6.586	831	6.586
Investimentos a pagar	—	—	600	—
Outras provisões	15	302	61	302
Créditos a identificar	12.089	10.232	12.520	10.312
Outros	604	892	738	1.915
18.640	23.724	20.131	24.827	

18. Exigível a longo prazo: 18.1. Provisões para contingências: A Administração da Companhia constitui provisões baseadas na opinião de seus assessores jurídicos internos e externos, e considera que os valores provisionados na rubrica "provisões para contingências", no exigível a longo prazo, são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões judiciais. Os valores relativos a perdas possíveis não provisionados, referentes a 333 processos cíveis (não relacionados a tratamentos realizados aos beneficiários dos planos odontológicos) e a 19 processos trabalhistas da Companhia e de suas controladas, em 31 de dezembro de 2012, totalizam o montante de R\$10.546 (R\$10.062 em 31 de dezembro de 2011). A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais envolvendo, principalmente, contingências fiscais, previdenciárias e trabalhistas e cíveis, como segue:

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Fiscais	2.523	(2.975)	1.769	(940)
Previdenciárias e trabalhistas	104.678	(33.684)	70.994	68.736
INSS	103.822	(33.313)	70.509	67.804
Outros	856	(371)	485	932
Cíveis	3.548	(401)	3.147	1.933
110.749	(37.060)	73.689	72.438	

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Movimentações	Fiscal	Previdenciário e trabalhista	Cíveis	Total
Saldo inicial	1.769	66.736	1.933	72.438
Constituição	844	30.072	3.203	34.129
Baixas	(90)	(314)	(1.694)	(2.098)
Atualização monetária	—	6.184	22	6.206
Saldo final	2.523	104.678	3.548	110.749

(a) Fiscais: O passivo relacionado às contingências fiscais em discussão judicial é mantido até o trânsito em julgado da ação (decisão definitiva sem que caiba mais recurso pelas partes). A Companhia e sua controlada Clidec, através de ação judicial, pleitearam a possibilidade de recolhimento da COFINS na forma determinada pela LC 7/70, e não na forma preconizada pela Lei 9.718/98, bem como a compensação com a CSLL da diferença dos valores recolhidos com base na alíquota de 3%. No tocante à Companhia, houve êxito parcial do pedido, tendo sido declarada a inconstitucionalidade da majoração da base de cálculo da COFINS. Quanto à Clidec, igualmente houve êxito parcial no mesmo sentido, tendo sido solicitado levantamento dos depósitos judiciais realizados durante o processo, estando no aguardo da decisão. **(b) Previdenciárias e trabalhistas:** **(i) INSS:** A Companhia e sua controlada Rede Dental discutem judicialmente a incidência da contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos dentistas credenciados, instituída inicialmente pela LC 84/96 e, após, pela Lei 9.876/99 (nova redação dada ao artigo 22, inciso I da Lei 8.212/91), à alíquota de 20%, sob o argumento de que os serviços não são prestados às operadoras, mas aos beneficiários, estando, dessa forma, fora do campo de incidência da referida contribuição. Em agosto de 2010, foi determinada através de liminar a suspensão da exigibilidade da contribuição previdenciária, sem obrigatoriedade do depósito judicial, apenas provisionamento contábil. Vale mencionar que a Bradesco Dental já possuía processo judicial com o mesmo objeto, tendo realizado depósitos judiciais até julho de 2010, data da incorporação societária pela Companhia, oportunidade em que esta assumiu o polo ativo da referida demanda. Em dados consolidados, em 31 de dezembro de 2012, tais obrigações estão totalmente contabilizadas no montante de R\$103.822 (R\$67.804 em 31 de dezembro de 2011), para os quais foram realizados depósitos judiciais atualizados monetariamente de R\$33.313 (R\$31.172 em 31 de dezembro de 2011). **(ii) Outras:** A Companhia e suas controladas são parte em ações de natureza trabalhista, sendo a grande maioria pedidos de reajuste salarial na forma prevista em convenção coletiva da qual o sindicato (Sindicato Nacional das Empresas de Odontologia de Grupo - SINOG), ao qual a Companhia e suas controladas são filiadas, não participou. Em 31 de dezembro de 2012 o montante total provisionado é de R\$856 (R\$932 em 31 de dezembro de 2011). **(c) Contingências cíveis:** A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais cíveis, cujo objeto, em sua grande maioria, é a indenização por danos materiais e morais, totalizando, em 31 de dezembro de 2012, o montante de R\$3.548 (R\$1.933 em 31 de dezembro de 2011). **18.2 Outras exigibilidades:** Refere-se a potenciais riscos identificados em *due diligence* e estão garantidos por depósitos em contas vinculadas, conforme nota 10.3.

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
DentalCorp	1.057	975	1.057	975
Rede Dental	—	928	—	928
Care Plus/Biodent	437	456	437	456
Sepao	107	337	107	337
Prontodente	41	76	41	76
OdontoServ	169	313	169	313
1.811	3.085	1.811	3.085	

19. Patrimônio líquido: 19.1 Capital social: Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$506.557, dividido em 531.294.792 ações ordinárias (177.098.264 em 31 de dezembro de 2011, desconsiderando o desdobramento), sem valor nominal. Conforme artigo 8º do Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social em até 800.000.000 de ações, sem reforma estatutária. Na AGE de 02 de abril de 2012 foi aprovado desdobramento das 177.098.264 ações ordinárias da Companhia, na proporção de 2 novas ações para cada 1 ação existente, sendo emitidas 354.196.528 novas ações ordinárias. Assim, cada 1 ação existente passou, a partir de 09 de abril de 2012, a ser representada por 3 ações, de forma que o capital social da Companhia, mantido o seu valor de R\$506.557, passou a ser dividido em 531.294.792 ações ordinárias. A colação de fechamento das ações da Companhia (ODPV3 - BM&FBOVESPA) em 31 de dezembro de 2012 correspondeu a R\$10,73 (R\$26,60 por ação em 31 de dezembro de 2011, desconsiderando o desdobramento). O valor patrimonial da ação em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$1,32 (R\$4,31 por ação em 31 de dezembro de 2011, desconsiderando o desdobramento). **19.2 Reservas de capital:** As reservas de capital da Companhia em 31 de dezembro de 2012 são de R\$19.354 (R\$35.324 em 31 de dezembro de 2011), constituídas por:

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Agio na emissão de ações	—	48.392	—	48.392
Opções outorgadas	—	14.523	—	5.947
Outorga de opções de ações diferidas	—	(9.042)	—	(1.601)
Capital adicional integralizado	—	(34.339)	—	(17.414)
19.354	19.354	35.324	35.324	

Opções outorgadas: constituição do montante estimado da 4ª, 5ª e 6ª outorgas de opções, utilizando a metodologia de cálculo *black-scholes*. **Outorga de opções de ações diferidas:** saldo da 4ª, 5ª e 6ª outorgas de opções a ser apropriado pelo período de *vesting*. **Capital adicional integralizado:** montante da diferença entre a constituição estimada pela metodologia de cálculo *black-scholes* e o montante de exercício da 1ª, 2ª e 3ª outorga de opções.

19.3 Reservas de lucros: As reservas de lucros da Companhia em 31 de dezembro de 2012 são de R\$173.922 (R\$220.725 em 31 de dezembro de 2011), constituídas por:

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Reserva legal	36.447	29.169	36.447	29.169
Reserva estatutária	96.330	117.568	96.330	117.568
Reserva de incentivos fiscais	129	129	129	129
Dividendo adicional proposto	41.016	84.594	41.016	84.594
Ações em tesouraria	—	(10.735)	—	(10.735)
173.922	173.922	220.725	220.725	

Reserva legal: constituída obrigatoriamente pela Companhia, com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até que seu valor atinja 20% do capital social. **Reserva estatutária:** conforme Estatuto Social vigente, os resultados apurados serão distribuídos da seguinte forma: i) abatimento de prejuízos, se houver; ii) 5% para constituição da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito, iii) dividendo obrigatório mínimo de 50% sobre o lucro líquido observando os seguintes ajustes: a) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências, b) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas, e iv) constituição de reserva estatutária (retenção de lucros), referente ao saldo remanescente, podendo ser deliberada a distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos além dos dividendos obrigatórios. **Ações em tesouraria:** em 26 de julho de 2012, o Conselho de Administração autorizou a aquisição de 1.928.280 ações de emissão da própria Companhia mediante a utilização de recursos consignados em reserva estatutária com o objetivo de lastrear as opções de compra de ações da 4ª outorga de opções. Em 31 de dezembro de 2012 tinhamos um saldo de 0 ações em tesouraria, após exercício de 2.220.109 ações, relativas a 3ª outorga, em maio e agosto de 2012. **Dividendo adicional proposto:** conforme proposta da Administração para destinação do resultado do exercício de 2012, está sendo submetido à aprovação da AGO (a ser realizada em 02 de abril de 2013) o dividendo complementar de R\$41.016, acima do percentual de 50% previsto no Estatuto Social da Companhia como dividendo mínimo obrigatório, sendo composto por R\$19.778 de parte do lucro líquido conforme destacado na nota 19.4 e R\$21.238 do saldo existente em reserva estatutária. **19.4 Lucros acumulados:** Em atendimento ao CPC 26 (R1)/IAS 1 (R) demonstramos a movimentação da conta lucros acumulados de 31 de dezembro de 2011 a 31 de dezembro de 2012:

	Companhia		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Saldo em 31 de dezembro de 2011	145.566	145.566	145.566	145.566
Proposta de destinação do lucro:				
Reserva legal	(7.278)	(7.278)	(7.278)	(7.278)
Juros sobre capital próprio (0,02789 por ação)	(14.761)	(14.761)	(14.761)	(14.761)
Juros sobre capital próprio (0,01735 por ação)	(8.657)	(8.657)	(8.657)	(8.657)
Dividendos intercalares (0,05221 por ação)	(32.735)	(32.735)	(32.735)	(32.735)
Dividendos intercalares (0,04801 por ação)	(25.506)	(25.506)	(25.506)	(25.506)
Dividendo adicional proposto	(19.778)	(19.778)	(19.778)	(19.778)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	—	—	—	—

19.5 Programa de outorga de opção de compra de ações: A AGE de 19 de abril de 2007 aprovou a criação de Plano de opção de compra de ações (Plano), nos termos do artigo 19 - XVIII do Estatuto Social, destinado aos empregados e Administradores da Companhia e de suas controladas. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração, que terá poderes para tomar as medidas necessárias à sua manutenção, dentro das diretrizes aprovadas. As opções outorgadas através do Plano ficam limitadas a 5% do capital total. Abaixo relacionamos as seis outorgas do plano de opção de compra de ações concedidas de 2007 a 2012, as quais, em conjunto, representam 2,9% do capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2012:

Nº	Ano	Data da aprovação	Recomendação¹	Aprovação	Original		Após desdobramentos²	
					Quantidade	Valor da opção	Quantidade³	Valor da opção
1ª	2007	02 de agosto de 2007	Diretor Presidente	Conselho de Administração	221.859	44,85	2.662.308	3,70
2ª	2008	28 de fevereiro de 2008	Diretor Presidente	Conselho de Administração	353.494	32,42	4.241.928	2,74
3ª	2009	25 de março de 2009	Diretor Presidente	Conselho de Administração	255.002	17,60	3.060.024	1,47
4ª	2010	11 de agosto de 2010	Comitê Recusos Humanos	Conselho de Administração	698.707	12,93	2.096.121	4,31
5ª	2011	20 de setembro de 2011	Comitê Recusos Humanos	Conselho de Administração	583.815	20,87	1.751.445	6,96
6ª	2012	20 de setembro de 2012	Comitê Recusos Humanos	Conselho de Administração	1.609.097	8,22	1.609.097	8,22
					3.721.974	15,420	15.420.923	15,420

¹ Nas seis outorgas o Diretor Presidente é voluntariamente não beneficiário. ² Desdobramentos de 01 de julho de 2010 e 02 de abril de 2012. ³ A quantidade total outorgada de 15.420.923 ações representam 2,9% do capital total de 531.294.792 ações.

O preço de exercício será corrigido monetariamente pelo IGP-M, índice de preços divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, no período entre a data de celebração dos contratos de opção e a data dos respectivos exercícios, deduzidas as remunerações efetuadas aos acionistas ocorridas no período. As opções poderão ser exercidas a partir de 3 anos, contados da data de celebração do respectivo Instrumento de Outorga (período de *vesting*). Respeitado o prazo máximo de 6 anos para o exercício e o período de cada exercício, os beneficiários poderão exercer as opções, total ou parcialmente, mediante comunicação por escrito à Companhia. A notificação de exercício só será válida e eficaz se entregue para a Administração da Companhia com 1 mês de antecedência de cada Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Companhia, previstas no calendário de eventos corporativos, salvo se fixado outro prazo pelo Conselho de Administração, comunicado ao beneficiário com a devida antecedência. Durante o prazo de 3 anos a contar da data de exercício da opção, os beneficiários não poderão vender e/ou ofertar à venda um número de ações calculado de acordo com a seguinte fórmula: $N = 0,5 \times Q \times (1 - Pe/Pm)$, onde: N = quantidade de ações retidas para venda após 3 (três) anos do exercício. Q = quantidade de opções disponíveis para exercício. Pm = preço de mercado da ação na data do exercício (cotação de fechamento do dia anterior). Pe = preço de exercício da opção. O valor justo do benefício dos programas de outorga de opção de compra de ações constituídos foi estimado com base no modelo de valorização de opções *black-scholes*, tendo sido consideradas as seguintes premissas médias ponderadas:

Ano	Início do período		Cancelamentos		Opções exercidas		Final do período	
	Elegíveis	Opções	justo da opção	Custo máximo (R\$ mil)	Elegíveis	Opções canceladas	Elegíveis	Opções existentes
2007	41	2.662.308	1,86	4,47	—	—	—	—
2008	36	4.241.928	1,64	6,971	9	977.544	37	3.264.384
2009	51	3.060.024	1,18	3,613	10	839.916	41	2.220.108
2010	47	2.096.121	2,33	4,891	7	199.803	—	40
2011	45	1.751.445	4,41	7,724	2	24.709	—	43
2012	51	1.609.097	5,01	8,055	—	—	—	51
		15.420.923		35,731		3.031.276		7.157.496

Taxa livre de risco
Volatil

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (COMPANHIA E CONSOLIDADO) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Lucro líquido do exercício	145.566	145.311
(-) Reserva legal	(7.278)	(7.266)
Base de cálculo ajustada	138.288	138.045
(%) Percentual dividendo mínimo conforme Estatuto	50	50
Dividendos mínimos	69.144	69.023
Dividendos	85.866	47.221
Juros sobre capital próprio ¹	27.748	34.396
Dividendo adicional proposto	41.016	72.000
Dividendos e juros sobre capital próprio deliberados	154.630	153.617
Complemento (excedente) dividendo mínimo obrigatório	(85.486)	(84.594)
Dividendos mínimos	69.144	69.023

¹ Líquido de imposto de renda retido na fonte (IRRF) de 15%.

29. Compromissos: Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas possuem compromissos relativos a contratos de locação de imóvel comercial de seus escritórios executivos e clínicas odontológicas, com os respectivos vencimentos abaixo:

	Companhia	Consolidado
Até um ano	2.236	3.832
Acima de um ano até cinco anos	658	2.983
	2.894	6.815

Todos os contratos são canceláveis mediante multa rescisória.

30. Partes relacionadas: As operações entre a Companhia e suas controladas consistem em contratos de prestação de serviços administrativos e de credenciamento no fornecimento de serviços, prestação de serviços de assistência odontológica, prestação de serviços de informática e fornecimento de produtos odontológicos cujos valores, prazos e taxas foram negociados e aplicados em condições idênticas às contratadas com partes não relacionadas, e são demonstradas a seguir:

Descrição	Natureza	OdontoPrev	Clidec	OdontoPrev Serviços	Easy	Dental Partner
Ativo/(Passivo)						
Outros créditos a receber	Serviços administrativos	-	774	-	-	678
Fornecedores de bens e serviços	Serviços administrativos	(1.452)	-	-	-	-
Receita/(Despesa)						
Contraprestações líquidas	Planos odontológicos	92	-	-	-	-
	Material e serviços odontológicos,					
	serviços administrativos	-	8.818	30.946	237	6.447
Vendas de bens e serviços	Serviços odontológicos	(821)	-	-	-	-
Eventos indenizáveis líquidos	Material odontológicos	(6.447)	-	-	-	-
Administrativas	Serviços administrativos	(39.180)	(21)	(67)	(4)	-
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012		(47.808)	9.571	30.879	233	7.125
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011		(32.538)	7.395	19.360	69	5.714

A Companhia mantém operações com empresas do Grupo Bradesco, no qual a Bradesco Saúde, acionista da OdontoPrev, faz parte. Tais operações são relacionadas abaixo:

Ativo/(Passivo)	Grupo Bradesco
Disponibilidades	2.040
Aplicações financeiras	3.105
Contraprestações pecuniárias a receber	4.083
Faturamento antecipado	(4.488)
Fornecedores de serviços	(444)
Receitas/(Despesas)	
Contraprestações líquidas	58.163
Outras despesas operacionais	(9.494)
Receitas financeiras	11.960
Despesas financeiras	(1.018)
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012	59.611

A Companhia também possui contrato de distribuição de planos de saúde odontológicos com o Banco Bradesco, pelo prazo de 10 anos, e contratou-o como agente escriturador de suas ações. Pelos serviços de escrituração foram pagos R\$27 até 31 de dezembro de 2012. Adicionalmente às transações mencionadas acima a Companhia possui: (i) contrato de credenciamento para prestação de serviços de assistência odontológica, por prazo indeterminado, com a Sra. Raquel Virginia Zanetti e Sra. Anete Scharfstein Zanetti, respectivamente irmã e cônjuge do Diretor Presidente, que totalizaram R\$1 e R\$1 em 31 de dezembro de 2012; (ii) através de sua controlada direta Clidec, mantém um contrato de locação comercial, por prazo indeterminado, de imóvel situado à Av. Paulista, nº 2.444, conjunto 151, com o Sr. Artemio Luiz Zanetti, pai do Diretor Presidente, que totalizou R\$21 em 31 de dezembro de 2012. A Companhia e suas controladas concedem participações no resultado a seus colaboradores e administradores, vinculados ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Em 31 de dezembro de 2012, foram apropriados, à título de participações nos resultados, os montantes de R\$4.964 e R\$6.634, na Companhia e no consolidado, respectivamente. A remuneração anual atribuída ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária, segregada entre seus componentes fixos e variáveis, estão assim compostos:

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2012	2011
Diretoria Estatutária	4.153	3.285
Pró-labore	2.840	2.679
Benefícios	155	138
Bônus	1.158	468
Conselho de Administração	1.198	1.140
Pró-labore	1.198	1.140
Conselho Fiscal	280	223
Pró-labore	280	223
	5.631	4.648

A DIRETORIA

Conforme relacionado a seguir, os membros da Diretoria Estatutária são detentores de opções conforme Plano de opção de outorga (benefícios de longo prazo) detalhado na nota 19.5.

Ano	Início do período		Cancelamentos		Opções exercidas		Final do período	
	Elegíveis	Opções	Elegíveis desligados	Opções canceladas	Elegíveis	Opções exercidas	Elegíveis	Opções existentes
2007	6	1.285.488	3	584.424	3	701.064	-	-
2008	5	1.397.592	2	488.916	3	908.676	-	-
2009	7	1.378.356	3	678.084	4	700.272	-	-
2010	5	787.521	-	-	-	-	5	787.521
2011	5	533.829	-	-	-	-	5	533.829
2012	6	635.885	-	-	-	-	6	635.885
		6.018.671		1.751.424		2.310.012		1.957.235

Os Conselhos de Administração e Fiscal não possuem remuneração variável e a Companhia não é patrocinadora de plano de previdência complementar nem qualquer outro benefício pós-emprego ou de rescisão de contrato de trabalho.

31. Seguros: A política da Companhia é manter cobertura de seguros em montante considerado satisfatório em face dos riscos envolvidos.

32. Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia não contrata instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas não operaram diretamente e nem apresentavam posições ativas ou passivas, decorrentes de operações realizadas com instrumentos financeiros derivativos.

33. Informação suplementar: fluxo de caixa - método direto:

	Companhia		Consolidado	
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2012	2011	Exercício findo em 31 de dezembro de 2012	2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Recebimentos de plano de saúde	960.920	820.513	1.002.720	866.363
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(16.212)	(71.760)	(13.708)	(78.263)
Pagamento a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(409.991)	(328.713)	(427.211)	(343.436)
Pagamento de comissões	(78.705)	(63.024)	(79.543)	(64.009)
Pagamento de pessoal	(48.751)	(46.370)	(72.624)	(69.814)
Pagamento de pró-labore	(3.514)	(2.843)	(4.408)	(3.856)
Pagamento de serviços de terceiros	(30.809)	(26.927)	(18.679)	(28.171)
Pagamento de tributos	(98.214)	(85.094)	(108.409)	(93.441)
Pagamento de contingências (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(1.486)	(538)	(1.456)	(651)
Pagamento de aluguel	(3.302)	(2.967)	(5.941)	(4.817)
Pagamento de promoção/publicidade	(9.626)	(7.036)	(10.320)	(7.499)
Outros recebimentos (pagamentos) operacionais	(47.038)	(59.694)	(36.632)	(47.626)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	213.272	125.547	223.789	124.780
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de imobilizado	(2.386)	(4.267)	(3.653)	(4.568)
Desenvolvimento de sistemas e licenças de uso de softwares e outros	(6.759)	(2.385)	(6.929)	(2.385)
Despesas de comercialização diferidas	927	(3.286)	927	(3.287)
Baixa de investimentos por incorporação	-	-	-	(44)
Aquisição de investimentos, incluindo ágio	(639)	(629)	(1.279)	(629)
Dividendos recebidos de controladas	8.000	-	-	-
CAIXA APLICADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(857)	(10.567)	(10.934)	(10.913)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(207.467)	(85.806)	(207.467)	(85.806)
Aquisição de ações próprias - em tesouraria	(9.002)	(37.345)	(9.002)	(37.345)
Recebimento de outorga de opção de ações	323	6.154	323	6.154
Outros	-	-	(343)	-
CAIXA APLICADO EM ATIVIDADE DE FINANCIAMENTOS	(216.146)	(116.997)	(216.489)	(116.997)
REDUÇÃO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(3.731)	(2.017)	(3.634)	(3.130)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
Saldo inicial	7.222	9.239	8.052	11.182
Saldo final	3.491	7.222	4.418	8.052
REDUÇÃO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(3.731)	(2.017)	(3.634)	(3.130)

34. Eventos subsequentes: Em 31 de janeiro de 2013 foi concluída a operação de aquisição do Grupo Papaiz, mediante o cumprimento das condições precedentes das partes e a aprovação, sem restrições, da operação pelo CADE. Com a conclusão da operação, foi assinado Acordo de Acionistas da Papaiz Associados Diagnósticos por Imagem S.A. celebrado entre Fleury CPMA e Clidec, no qual Fleury e OdontoPrev figuram como intervenientes anuentes, tendo como objetivo regular determinados aspectos de suas relações na qualidade de acionistas da Papaiz. Conforme proposta da Administração para destinação do resultado do exercício de 2012, esta sendo submetido à aprovação da AGO (a ser realizada em 02 de abril de 2013) o dividendo complementar de R\$41.016, acima do percentual de 50% previsto no Estatuto Social da Companhia como dividendo mínimo obrigatório, sendo composto por R\$19.778 de parte do lucro líquido conforme destacado na nota 19.4 e R\$21.238 do saldo existente em reserva estatutária, a ser pago em 02 de maio de 2013.

MARCIA ZANARDI YAMASHITA - Contadora - CRC 1SP181464/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Odontoprev S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia (controladora e consolidado), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalva, emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes em 26 de fevereiro de 2013, opina que os referidos documentos, bem como a proposta da destinação do lucro do exercício, incluindo

a distribuição antecipada de dividendos e dos juros sobre o capital próprio e o orçamento de capital estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral.

Mário Probst
Barueri, 26 de fevereiro de 2013
Ivan Maluf Junior
Vanderlei Dominguez da Rosa

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

Os membros do Comitê de Auditoria da Odontoprev S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no parágrafo 12°, do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, procederam ao exame e análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório anual da Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, bem como a Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2012 e a Proposta de Orçamento de Capital para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2013, opinam, por unanimidade, que os mesmos refletem adequadamente, em todos os

aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia, e recomendam a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

José Afonso Alves Castanheira
Barueri, 26 de fevereiro de 2013
Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa
Eduardo de Toledo

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas Odontoprev S.A.. Examinamos as demonstrações financeiras individuais da **Odontoprev S.A.** (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Odontoprev S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em

todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Odontoprev S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Odontoprev S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. **ênfase:** Conforme descrito na Nota 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Odontoprev S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Outros assuntos: Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado:** Examinamos também as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2013